



## TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

### Edital do Pregão Eletrônico n.º 060/2018

(Regido pela Lei Complementar 123/06, pela Lei 10.520/02, pelos Decretos 7.892/13, 5.450/05 e 8.538/15 e subsidiariamente pelas Leis 8.078/90, 8.666/93, 9.784/99 e alterações).

**Objeto:** Registro de preços para fornecimento, instalação e remanejamento de divisórias.

**Data de abertura da sessão pública:**

24/07/2018 às 14h30 no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

<b>Processo:</b> 502.462/2018-2	<b>Tipo:</b> Menor Preço	<b>Exclusiva ME/EPP?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<b>Reserva de cota exclusiva ME/EPP?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<b>Valor total estimado:</b> R\$ 356.099,22	<b>Regime de execução:</b> Empreitada por preço global.	<b>Apresentação de amostra?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<b>Vistoria prévia?</b> <input type="checkbox"/> Obrigatória; <input checked="" type="checkbox"/> Facultativa; (Item 21.5)

**Pedidos de esclarecimento:** Até às 19h de 19/07/2018.  
**Impugnações:** Até às 19h de 20/07/2018.  
Os pedidos de esclarecimento e as impugnações referentes a este procedimento devem ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico via internet, para o endereço [cpl@tst.jus.br](mailto:cpl@tst.jus.br), conforme o art. 19 do Decreto 5.450/05.

**Documentos de habilitação:** (veja seção 8)

<b>Requisitos básicos:</b> 1. SICAF* ou documentos equivalentes; 2. Comprovação de capital social não inferior a 10%, quando o índice de liquidez corrente for igual ou inferior a 1. *Será emitido pelo pregoeiro durante a sessão pública.	<b>Requisitos específicos:</b> Apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica comprovando o fornecimento e instalação de divisórias com estrutura interna montada em perfis de alumínio e fechamentos em madeira MDF, aglomerado ou similar, fixados por meio de sistemas que permitam a remoção individual e frontal dos painéis.
---	---

**Endereço da Coordenadoria de Licitações e Contratos: SAFS quadra 8, conjunto A, bloco A, sala 332. Brasília – DF. CEP: 70070-943.**

**Retire o edital e acompanhe esta licitação e seus atos na internet pelos portais**

**[www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

Coordenador de Licitações e Contratos

Supervisor SAACPL



## 1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é o registro de preços para fornecimento, instalação e remanejamento de divisórias e complementos, padrão Sede do TST, e divisória naval simplificada, CATSER: 1581-4, conforme especificado na tabela abaixo e nos termos e condições constantes neste edital e seus anexos.

Grupo 1 – Itens 1 a 17					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade para registro	Pedido mínimo	Valor unitário estimado R\$
1	Fornecimento e instalação de divisórias do tipo cego, piso/teto, com miolo acústico.	Metro quadrado	400,00	3,30	272,55
2	Fornecimento e instalação de divisórias tipo painel/visor de vidro/painel, com miolo acústico	Metro quadrado	150,00	3,30	308,05
3	Fornecimento e instalação de porta simples com bandeira e ferragens completas, medindo aproximadamente 0,83 x 2,65 m	Unidade	40,00	1	775,00
4	Fornecimento e instalação de porta dupla com bandeira e ferragens completas, medindo aproximadamente 1,62 x 2,65 m	Unidade	2,00	1	1.690,00
5	Fornecimento e instalação de guichê de atendimento em divisória com vidro, medindo aproximadamente 2,55 x 2,65 m <sup>2</sup>	Unidade	2,00	1	924,31
6	Desmontagem de divisórias cegas piso/teto	Metro quadrado	800,00	3,30	31,51
7	Montagem de divisórias cegas piso/teto	Metro quadrado	700,00	3,30	46,95
8	Desmontagem de divisórias com visor de vidro	Metro quadrado	400,00	3,30	38,40
9	Montagem de divisórias com visor de vidro	Metro quadrado	300,00	3,30	50,84
10	Remanejamento de portas	Unidade	70,00	1	149,80
11	Remanejamento de guichê de atendimento	Unidade	2,00	1	181,05
12	Fornecimento de lâ de rocha de 52 mm de espessura.	Metro quadrado	100,00	1	87,19
13	Fornecimento e instalação de divisória naval simplificada com rodapé	Metro quadrado	300,00	3,30	117,33



14	Desmontagem de divisória naval simplificada	Metro quadrado	300,00	1	14,99
15	Montagem de divisória naval simplificada	Metro quadrado	250,00	1	28,82
16	Fornecimento e instalação de porta simples em divisória naval simplificada medindo 0,80 x 2,10 m	Unidade	20,00	1	380,00
17	Fornecimento e instalação de porta dupla em divisória naval simplificada medindo 1,60 x 2,10 m	Unidade	4,00	1	472,50

12. As especificações técnicas do objeto, bem como os projetos e os croquis, constam nos Anexos I e II deste edital.
13. As divisórias a serem fornecidas devem, obrigatoriamente, obedecer ao mesmo padrão existente no TST e manter a compatibilidade com os componentes já instalados.

## 2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste edital, que estiverem previamente credenciados perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do sistema eletrônico, cuja comunicação se dá pela Internet.
  - 2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha que poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.
  - 2.1.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua inteira responsabilidade bem assim quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, e não caberá ao provedor do sistema ou ao TST a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
  - 2.1.3. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
  - 2.1.4. O credenciamento perante o provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



- 2.2. Ficam impedidos de participar desta licitação:
- 2.2.1. Os interessados que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição e as empresas estrangeiras que não funcionem no país;
  - 2.2.2. Aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo TST, com base na Lei n.º 8.666/1993; ou impedidos de licitar e contratar com a União, com base na Lei n.º 10.520/2002 (TCU Acórdãos 842/2013, 3439/2012, 3243/2012 e 2242/2013, todos do Plenário).
  - 2.2.3. A pessoa jurídica cujo(s) sócio(s) que compõe(m) seu quadro societário incorra(m) na vedação constante do inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ 7/2005, acrescentado pela Resolução CNJ 229/2016.
- 2.3. O pregoeiro realizará consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA), emitindo as certidões respectivas, a fim de evitar a contratação de empresas que tenham sofrido penalidades que obstem a celebração do contrato pretendido.

### **3. Credenciamento dos Representantes**

- 3.1. O credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 2º do art. 3º do Decreto n.º 5.450/05.
- 3.1.1. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão eletrônico credenciar-se no SICAF, conforme disposto no inciso I do art. 13 do Decreto 5.450/05.
- 3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico e assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

### **4. Forma de Apresentação da Proposta**

- 4.1. As propostas deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitados os prazos nele estipulados, e consignar no(s) campo(s) apropriado(s) do sistema o preço unitário, expresso em reais, incluindo todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.
- 4.1.1. No campo apropriado do sistema, o licitante deverá informar a quantidade a ser registrada;
  - 4.1.2. Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.



- 4.2. Os interessados deverão cotar **todos os itens do grupo**, sob pena de desclassificação.
- 4.3. A proposta deverá ainda especificar, quando cabíveis, nos campos apropriados do sistema: marca, modelo, fabricante, garantia e demais referências que identifiquem o produto cotado, ficando o proponente, em caso de omissão, obrigado a fornecer o bem indicado pelo TST.
- 4.4. No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” devem ser incluídas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta, cuja omissão e/ou contrariedade implica a aceitação dos prazos indicados:
  - 4.4.1. Prazo de garantia sobre o conjunto fornecido e montado, bem como sobre os materiais e peças componentes dele de, no mínimo, doze meses contados do recebimento definitivo do objeto;
  - 4.4.2. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, noventa dias.
- 4.5. Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação, **que deixarem de cotar todos os itens do grupo** ou as que desatendam às exigências deste edital.
- 4.6. Os licitantes, no ato de envio de suas propostas, devem encaminhar, de forma virtual, utilizando a funcionalidade existente no sistema de pregão eletrônico, as seguintes declarações:
  - 4.6.1. Inexistência de fato superveniente que o impeça de participar do certame;
  - 4.6.2. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
  - 4.6.3. Concordância com as condições estabelecidas neste edital e que atende aos requisitos de habilitação;
  - 4.6.4. Atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
- 4.8. O licitante melhor classificado, após a fase de lances, deverá encaminhar, ainda, atendendo convocação do pregoeiro, declaração, conforme modelo do Anexo IV (disponível no seguinte link: <http://bit.ly/decNEPlicit>), a fim de resguardar este órgão quanto à prática de nepotismo vedada pela Resolução nº 7, de 18/10/2005, com as alterações introduzidas pela Resolução 229, de 22/06/2016.
  - 4.8.1. O prazo para envio da referida declaração é de 30 minutos, contado da convocação, podendo ser prorrogado, a critério do pregoeiro.



- 4.8.2. A Declaração deverá ser reapresentada no momento da assinatura do contrato, firmada por todos os sócios que compõem o quadro societário do licitante, conforme modelo constante do Anexo V (<http://bit.ly/decNEPcont>).

## 5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

- 5.1. Os preços deverão ser cotados em reais, com duas casas decimais, sob pena de serem truncados.
- 5.2. Não serão aceitas propostas cujos valores **de cada um dos itens ou do grupo sejam superiores aos valores estimados** ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 5.2.1. Somente poderá ser considerado excessivo qualquer preço após o encerramento da etapa de lances e, quando formulada contraproposta pelo Pregoeiro, após sua recusa ou no caso de omissão por parte do respectivo proponente.
- 5.3. Considera-se inexequível a proposta que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.3.1. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o grupo será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
- 5.3.2. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de três dias úteis contados da notificação.

## 6. Sessão Pública do Pregão Eletrônico

- 6.1. A sessão pública deste pregão eletrônico, conduzida pelo pregoeiro designado, ocorrerá em data e hora indicadas exclusivamente no sistema eletrônico e obedecerá ao rito estabelecido nos Decretos 5.450/05 e 8.538/15.
- 6.1.1. Por força do disposto no art. 13, inciso IV do Decreto 5.450/2005, os licitantes estão obrigados a acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



- 6.2. Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que estejam em desconformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
  - 6.2.1. O pregoeiro abrirá todos os itens e procederá a análise das propostas de cada um deles.
  - 6.2.2. A desclassificação de um único item implicará a desclassificação da proposta global.
  - 6.2.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os participantes.
  - 6.2.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da Sessão Pública.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente somente as propostas classificadas pelo pregoeiro, as quais participarão da fase de lances.
- 6.4. O pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema, e caso haja dois ou mais lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.6. Na fase de lances, a disputa será por item e a classificação final será pelo valor global do grupo.
  - 6.6.1. Não se recomenda concentrar o esforço de redução em apenas um dos itens que integram o grupo, pois a incompatibilidade de um deles com o respectivo valor estimado pode levar à desclassificação da respectiva empresa proponente, nos termos do item 7.5.1.
- 6.7. Na fase competitiva do pregão, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos, conforme IN SLTI/MPOG n.º 03, de 16/12/2011.
  - 6.7.1. Os lances enviados em desacordo com o item anterior serão descartados automaticamente pelo sistema.
- 6.8. A cada lance ofertado por item, o Sistema atualizará automaticamente o valor global do grupo.
  - 6.8.1. A empresa que ofertar o menor valor global para o grupo será classificada em primeiro lugar pelo critério de Julgamento por Preço Global – Lote.



- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.10. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.
- 6.11. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, no fim do qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12. No caso de desconexão do pregoeiro durante a etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.13. **Se estiverem participando do certame microempresas e empresas de pequeno porte, será observada a disciplina estabelecida nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, regulamentados pelo art. 5º do Decreto 8.538/15.**

## **7. Julgamento das Propostas e Habilitação**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, e de posse da Declaração de que trata o item 4.8, o pregoeiro examinará a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar e observará os seguintes requisitos:
  - 7.1.1. A conformidade da(s) proposta(s) com as especificações do objeto;
  - 7.1.2. A compatibilidade do preço ofertado em relação ao estimado para registro.
- 7.2. Serão recusadas propostas com o quantitativo inferior ao total previsto para registro.
- 7.3. As propostas que resultarem preços manifestamente inexequíveis serão desclassificadas.
  - 7.3.1. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.
  - 7.3.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas outras diligências.
- 7.4. Examinada(s) a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- 7.5. **O pregoeiro realizará a aceitação da proposta para o grupo, sendo impossível aceitar parte dos itens.**
  - 7.5.1. O preço ofertado final de cada item que integra o grupo não pode ser superior ao valor estimado para a respectiva contratação.
- 7.6. O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso pelo sistema eletrônico, para que seja obtida melhor proposta,



observado o critério de julgamento, sendo inadmissível negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

7.6.1. A negociação será realizada exclusivamente pelo canal de comunicação (*chat*) existente no sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 7.7. Em seguida, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.
- 7.8. Constatado o atendimento pleno das exigências contidas no edital, o proponente será declarado vencedor.
- 7.9. Se a proposta não for aceita ou se o licitante não atender às exigências habilitadoras, em descumprimento dos requisitos estabelecidos neste edital, a proposta será desclassificada e o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a obtenção de uma que atenda ao edital.
- 7.10. Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.
- 7.11. O pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, poderá promover diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, e os licitantes deverão atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da notificação.
- 7.12. Se um dos licitantes estiver impedido de participar em licitações ou tiver sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, será afastado do certame sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos, nem sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.14. **A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame somente deverá(ão) encaminhar proposta(s), declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente solicitado pelo pregoeiro, mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (*chat*), sob pena de serem descartados.**
- 7.15. O sistema eletrônico produzirá automaticamente ata circunstanciada da sessão pública imediatamente após seu encerramento, a qual ficará acessível no Portal de Compras do Governo Federal ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) e nela serão registradas as ocorrências relevantes.



## 8. Requisitos de Habilitação dos Licitantes

- 8.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, podendo os licitantes deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do referido Sistema de Cadastramento.
- 8.2. A habilitação no que tange à **regularidade fiscal** far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso.
- 8.3. A **regularidade trabalhista** do licitante deverá ser comprovada mediante certidão negativa, provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, a qual será emitida pelo Pregoeiro no sítio do TST durante a sessão pública.
- 8.4. Para comprovação da qualificação **econômico-financeira**, será exigido Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a um. Se o balanço patrimonial cadastrado no SICAF estiver vencido, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a um, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.
  - 8.4.1. As empresas que apresentarem ILC igual ou menor do que um quando de sua habilitação, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar capital social no valor mínimo de dez por cento do valor global da ata resultante da licitação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta mediante índices oficiais.
  - 8.4.2. Serão considerados aceitos, na forma da lei, balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
    - 8.4.2.1. Publicados em Diário Oficial ou;
    - 8.4.2.2. Publicados em jornal de grande circulação ou;
    - 8.4.2.3. Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;
    - 8.4.2.4. Por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante, na forma da IN 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC, de 1.º-08-97, art. 6º, junto com o original do Diário para cotejo pelo pregoeiro ou acompanhada obrigatoriamente da cópia dos Termos de Abertura e de Encerramento.



- 8.4.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.
- 8.4.4. Não será exigido das microempresas ou das empresas de pequeno porte a apresentação do índice mencionado no item 8.4, ficando dispensadas de apresentar o balanço patrimonial do último exercício social, conforme previsto no artigo 3º, do Decreto nº 8.538/2015.
- 8.4.4.1. Neste caso, a qualificação econômico-financeira poderá ser comprovada por meio do contrato social, ou da certidão simplificada emitida pela junta comercial, demonstrando um capital social mínimo não inferior a 10% do valor total da proposta aceita.
- 8.5. A **qualificação técnica** será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica compatível com o objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 8.5.1. Entende-se por compatível o atestado que comprove o fornecimento e instalação de divisórias com estrutura interna montada em perfis de alumínio e fechamentos em madeira MDF, aglomerado ou similar, fixados por meio de sistemas que permitam a remoção individual e frontal dos painéis.
- 8.5.2. Caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, nele deverá constar o nome completo do signatário, bem como reconhecimento em cartório da assinatura aposta.
- 8.5.3. Caso entenda necessário, o pregoeiro, por meio de diligência, poderá solicitar ao licitante a comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo o licitante disponibilizar todas as informações pertinentes, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 8.6. Disposições gerais sobre habilitação:
- 8.6.1. **Os licitantes que estiverem em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF poderão deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA.**
- 8.6.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, e quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser encaminhados de forma virtual, utilizando a funcionalidade de convocação de anexos existente no sistema de pregão eletrônico, no **prazo de uma hora**



contada da solicitação do Pregoeiro, e apresentados no original ou por cópia autenticada em dois dias úteis após o encerramento da sessão pública.

- 8.6.2.1. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da referida ferramenta, a critério do Pregoeiro, poderá ser utilizada outra forma de envio.
- 8.6.2.2. O prazo para envio poderá ser prorrogado por mais uma hora, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado e justificado pelo interessado no chat da sessão pública ou por e-mail antes de expirado o prazo inicial estabelecido.
- 8.6.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos portais oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.6.4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste edital, poderá o pregoeiro considerar o proponente inabilitado.
- 8.6.5. Caso o licitante seja inabilitado por irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do Recibo de Solicitação de Serviço – RSS, nos termos do art. 37 da IN SLTI/MPOG n.º 02, de 11/10/2010, ter entregado a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos para proceder diligência, na forma estabelecida no § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/1993.
- 8.6.6. Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em lei, admitidos como válidos, no caso de omissão, os emitidos a menos de noventa dias.
- 8.6.7. Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos no presente edital.
- 8.6.8. Os documentos apresentados com a validade expirada, se não for falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.
- 8.6.9. **Para as microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista observará a disciplina estabelecida nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, regulamentados pelo art. 4º do Decreto 8.538, de 06/10/15, com as alterações trazidas pelas Leis Complementares 147/2014 e 155/2016.**
- 8.6.10. No ato de assinatura da Ata de Registro de Preços, bem como na assinatura de cada contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação



consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela Contratada durante a vigência da ata e eventuais contratos.

## 9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição de Recursos

- 9.1. Em até **dois dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório do pregão eletrônico.
  - 9.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
  - 9.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 9.2. Os **pedidos de esclarecimento** referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até **três dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet (e-mail), para o endereço indicado na folha de rosto, em mensagens escritas que **não podem conter qualquer tipo de anexo**, nem serem encaminhados após o horário de expediente deste Tribunal, 19 horas, sob pena de serem descartadas, assim como as impugnações que não observarem as mesmas restrições de forma e conteúdo.
- 9.3. A formulação da proposta, sem impugnação tempestiva ao edital, implica a plena aceitação pelos interessados das condições nela estabelecidas.
- 9.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer ao final da sessão pública, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema, tendo três dias para apresentar as razões de recurso. Os demais licitantes ficam, desde logo, notificados a apresentar contrarrazões em igual prazo contado do término do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 9.5. O encaminhamento das razões de recurso, bem assim das contrarrazões, deverá ser efetuado somente por meio do sistema eletrônico.
- 9.6. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.7. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.9. Se não reconsiderar sua decisão, o pregoeiro submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.



- 9.10. Os autos do processo administrativo eletrônico permanecerão com vista franqueada aos interessados, que deverão solicitá-la pelo e-mail [cpl@tst.jus.br](mailto:cpl@tst.jus.br).

## **10. Prazos e Condições para Assinatura da Ata de Registro de Preços e do Contrato**

- 10.1. Após a homologação do resultado desta licitação, o TST convocará a empresa adjudicatária para assinar a Ata de Registro de Preços - ARP.
- 10.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, havendo necessidade de adquirir o objeto, a empresa cujo preço foi registrado será convocada para a assinatura do contrato e retirada da respectiva nota de empenho, quando será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital e, no caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, deverá ser entregue declaração de que é regularmente inscrita neste sistema tributário, conforme inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 10.3. As convocações de que tratam os itens 10.1 e 10.2 deverão ser atendidas no prazo máximo de dois dias úteis, prorrogável uma única vez a critério do TST, sob pena de decair o direito à contratação e de serem aplicadas as sanções previstas no item 20.4 deste edital.
- 10.4. A formalização do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficarão diretamente condicionadas à assinatura do próprio contrato, e cabe à empresa fazer-se representar por profissional habilitado a cotejar a minuta com o instrumento obrigacional definitivo bem assim a firmá-lo.
- 10.5. O exame a que alude o item anterior se dará no recinto do Tribunal e poderá ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, inclusive fora do expediente normal de trabalho.
- 10.6. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.7. Para segurança da Administração quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a adjudicatária deverá optar, no montante de 5% do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 10.7.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;



- 10.7.2. seguro garantia;
- 10.7.3. fiança bancária.
- 10.8. A Contratada deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em dez dias úteis contados da assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período a critério do Contratante desde que solicitado dentro do prazo inicial, sob pena de ser-lhe imputada multa, conforme item 20.4.
- 10.9. A vigência da garantia apresentada deverá abranger todo o período de garantia dos produtos adquiridos de que trata o item 4.4.1, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o TST.
- 10.10. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos e prestar os serviços necessários, conforme especificações e condições contidas neste edital e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.
- 10.11. Quando o proponente vencedor não assinar a ARP no prazo e condições estabelecidos, é facultado ao TST convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 10.12. Os pedidos de fornecimento obedecerão à conveniência e às necessidades do TST, o qual não está obrigado a firmar as contratações advindas do registro de preços, e fica facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida e assegurada ao beneficiário do registro à preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 10.13. Não serão permitidas adesões à ata de registro de preços. A referida Ata só poderá ser utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal que tenham participado do registro de preços.

## **11. Vigência da Ata de Registro de Preços e do Contrato**

- 11.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano.
- 11.1.1. Durante a vigência da ARP serão realizadas pesquisas de mercado periódicas para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.
- 11.2. A vigência do contrato será da data da sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

## **12. Fiscalização da Execução Contratual**

- 12.1. Na hipótese de aquisição do objeto do Registro de Preços, após a assinatura do contrato, a Administração designará um servidor, ou comissão de servidores,



doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

12.2. São atribuições da Fiscalização, entre outras:

12.2.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;

12.2.2. Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

12.2.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, pertinentes ao objeto do presente instrumento;

12.2.5. Solicitar à Contratada a substituição de qualquer funcionário cuja atuação ou comportamento sejam prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse da administração;

12.2.6. Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Coordenadoria de Material e Logística - CMLOG os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

12.3. A Fiscalização poderá impugnar os materiais a serem empregados na execução do serviço se estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

12.4. Em caso de dúvidas quanto à interpretação da especificação, deverá ser sempre consultada a Fiscalização, sendo dessa o parecer definitivo a respeito dos assuntos abordados.

12.5. Em caso de divergência entre as dimensões tomadas nos locais e as cotas assinaladas nos desenhos, prevalecerão, sempre, as primeiras, em conformidade com as orientações da Fiscalização.

12.6. Todos os lotes ou partidas de materiais serão aprovados pela Fiscalização, por comparação às amostras previamente escolhidas e autenticadas e/ou o padrão utilizado atualmente nas divisórias das salas do TST.

12.6.1. Nenhuma peça, material ou equipamento será aceito sem que tenham sido efetuadas satisfatoriamente as inspeções pela Fiscalização.

12.6.2. Os materiais especificados poderão ser substituídos por outros similares, desde que a comprovação da similaridade seja apresentada à Fiscalização e autorizada pelo Contratante.



12.7. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

### **13. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação**

13.1. O objeto de cada contrato será recebido das seguintes formas:

13.1.1. **Provisória**, mediante termo circunstanciado, imediatamente após a conclusão dos serviços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

13.1.2. **Definitiva**, mediante termo circunstanciado, em até dez dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

13.2. Os serviços prestados ou produtos entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será notificada através de um Termo de recusa, no qual constará a lista de irregularidades a serem sanadas.

13.2.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

13.2.2. A Contratada é obrigada a sanar as pendências listadas no Termo de Recusa dentro do prazo de entrega estabelecido para o serviço, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

13.2.3. Uma vez sanadas as pendências, a Contratada deverá comunicar o fato à Fiscalização, à qual caberá emitir, em seguida, novo Termo de Recebimento Provisório do objeto.

13.2.3.1. A cada Termo de Recebimento Provisório emitido, reinicia-se o prazo de 10 (dez) dias úteis que a Fiscalização possui para fazer a verificação da conformidade do objeto;

13.2.3.2. Após a verificação, caso se constate que o objeto esteja de acordo com as Especificações Técnicas e demais exigências contratuais, ele será recebido definitivamente;

13.2.3.3. Caso ainda existam irregularidades, será emitido o 2º Termo de Recusa do objeto e todo o procedimento a descrito nos itens 13.2 e 13.2.3 deverá ser repetido.

13.3. Um representante da Contratada poderá acompanhar o recebimento dos produtos, desde que se manifeste até o momento da entrega, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas em caso de não comparecimento.



- 13.4. Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada produto fornecido e instalado pelo prazo estabelecido na garantia e estará obrigada a repor aquele que apresentar defeito no prazo determinado pelo Contratante.
- 13.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

## **14. Condições de Pagamento**

- 14.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.
  - 14.1.1. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, na Coordenadoria de Material e Logística do TST, situada no SAFS, quadra 8, conjunto A, bloco A, térreo, sala T18, CEP 70070-943, Brasília-DF, (61) 3043-4080.
  - 14.1.2. A Nota Fiscal deverá corresponder ao objeto recebido e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deverá notificar a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.
- 14.2. A Contratada deverá prestar todos os serviços solicitados por meio da ordem de serviço, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
- 14.3. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, no ato de assinatura do contrato ou entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 14.4. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas, previstos neste edital, e utilizará o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.



## **15. Reajustamento dos Preços**

- 15.1. Os valores constantes da Ata de Registro de Preços admitem revisão na forma disciplinada no Decreto 7.892/2013.
- 15.2. Após a assinatura do contrato, os preços ofertados serão fixos e irrealizáveis.

## **16. Obrigações da Contratada**

- 16.1. Executar os serviços de entrega, instalação e remanejamento, objeto desta licitação, na forma e em prazo não superior ao máximo estipulado neste edital.
  - 16.1.1. Os materiais deverão ser entregues e instalados nos locais determinados nos croquis, nas diversas unidades do Tribunal Superior do Trabalho, localizado no Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 08, Conjunto A, Brasília – DF, CEP 70.070-943.
  - 16.1.2. As divisórias não deverão apresentar quaisquer caracteres ou logomarcas do fabricante em suas partes visíveis.
  - 16.1.3. Ao término da instalação todo o conjunto deverá estar perfeitamente alinhado, nivelado e firme, não se admitindo desencontros, frestas, desnivelamentos ou fragilidades de qualquer natureza.
  - 16.1.4. Os produtos deverão atender às Normas Brasileiras – ABNT que não colidirem com estas Especificações técnicas.
- 16.2. Cumprir para a execução do objeto deste edital os seguintes prazos:
  - 16.2.1. Prazo para início dos serviços (mobilização e conferência nos locais) de, no máximo, três dias após a assinatura do contrato;
  - 16.2.2. Prazo para entrega do material e conclusão dos serviços de instalação de divisórias e seus componentes de, no máximo, vinte dias contados a partir da assinatura do contrato;
  - 16.2.3. Prazo para execução dos serviços de desmontagem, remanejamento e montagem que não incluam fornecimento de materiais e/ou componentes de, no máximo, quinze dias contados a partir da assinatura do contrato;
  - 16.2.4. Os prazos serão contados separadamente para cada contrato e não serão cumulativos;
  - 16.2.5. Os prazos serão considerados para quantitativos de até 100,00 m<sup>2</sup>, para fornecimento, instalação e remanejamento de painéis divisórios. Acima desses quantitativos serão acrescidos 5 (cinco) dias para cada 100,00 m<sup>2</sup> adicionais;
  - 16.2.6. As datas de execução dos serviços de instalação e remanejamento de divisórias poderão sofrer alterações mediante prévio agendamento, conforme interesse da unidade demandante do TST, por intermédio da fiscalização.



- 16.3. Prestar os serviços de assistência técnica e efetuar os consertos e substituições que se fizerem necessários, dentro do período de garantia, na forma e prazos a seguir:
- 16.3.1. Quaisquer defeitos constatados na vigência da garantia deverão ser imediatamente corrigidos ou efetuadas as substituições necessárias, no prazo máximo de cinco dias a contar da notificação, a expensas da Contratada.
- 16.3.2. A Contratada assumirá toda e exclusiva responsabilidade pela qualidade e funcionamento dos itens fornecidos, não se admitindo que sejam atribuídos a técnicos ou a fabricantes os ônus de quaisquer problemas que porventura venham a ocorrer.
- 16.3.3. Os serviços de assistência técnica deverão ser prestados por técnicos credenciados e pagos pela Contratada, correndo por sua conta e responsabilidade o deslocamento desses técnicos aos locais de instalação.
- 16.3.4. Caso os serviços de assistência técnica não possam ser executados nas dependências do TST, os painéis divisórios poderão ser removidos para oficinas da Contratada, mediante justificativa, correndo por conta da Contratada todos os custos e despesas incidentes.
- 16.4. Reparar, corrigir, remover e substituir, a suas expensas, as partes do objeto deste edital em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços.
- 16.4.1. A Contratada deverá retirar o material ou componente recusado no momento da entrega do correto.
- 16.4.2. O Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo a Administração dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências.
- 16.5. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente à entrega dos produtos ou à execução dos serviços, bem como atender prontamente às suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 16.6. Encaminhar à Coordenadoria de Manutenção e Projetos (CMAP), localizada na Sede do TST, SAFS, quadra 8, conjunto A, bloco A, sala 412, Brasília- DF, telefone: (61) 3043-4116/7709, imediatamente após o recebimento da nota de empenho, relação de todos os funcionários, bem como de todos os veículos que terão acesso aos locais em que serão executados os serviços, com as seguintes informações:
- 16.6.1. Nome completo e número da carteira de identidade de cada funcionário;
- 16.6.2. Marca, modelo e placa de identificação de cada veículo;
- 16.6.3. A não apresentação dos dados especificados nos subitens anteriores inviabilizará o acesso ao local de execução dos serviços.



- 16.7. Garantir que seus funcionários em serviço no TST utilizem uniformes e os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) adequados à execução dos serviços.
- 16.8. Cumprir todas as medidas de segurança, conforme legislação em vigor.
- 16.9. Executar os serviços complementares julgados necessários à satisfatória condição de uso do local após o término dos serviços de instalação e remanejamento.
- 16.10. Providenciar por sua exclusiva conta e responsabilidade todas as ferramentas, equipamentos e acessórios necessários para a execução dos serviços, responsabilizando-se, ainda, por sua guarda e transporte.
- 16.11. Transportar todo o material necessário para a execução dos serviços, tanto de localidades externas para a sede do TST, quanto do depósito do TST para o local de instalação do objeto deste edital, quando for o caso.
  - 16.11.1. Nos serviços de desmontagem, montagem e remanejamento de divisórias, a Contratada deverá responsabilizar-se também pelo transporte de materiais e componentes já existentes no TST, tanto do depósito para o local de sua utilização, quanto do local de desmontagem de volta para o depósito.
- 16.12. Executar parte dos serviços em horários especiais como finais de semana, feriados e durante as noites, sempre que requerido pela fiscalização, por necessidade do TST.
- 16.13. Realizar limpeza diária dos locais que tenham sido afetados pela execução dos serviços.
- 16.14. Entregar os serviços sem instalações provisórias, com as divisórias e o local de sua instalação devidamente limpos.
- 16.15. Substituir, às suas custas, os funcionários que a critério do TST apresentem comportamento inadequado, prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina e/ou ao interesse da administração.
- 16.16. Responder às comunicações eletrônicas da Fiscalização, acusando o conhecimento de seu conteúdo, em até 2 (dois) dias úteis contados do respectivo envio.
- 16.17. Manter o Contratante informado quanto a eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail.
- 16.18. Manter, durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 16.19. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST.
- 16.20. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus



prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

16.21. A Contratada não será responsável:

16.21.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

16.21.2. Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.

16.22. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

## **17. Obrigações do TST**

17.1. O TST, após a assinatura de cada contrato, compromete-se a:

17.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST, relacionadas à execução do objeto deste edital;

17.1.2. Promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado; e

17.1.3. Fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas às obrigações contratuais. Os requerimentos deverão ser protocolizados ou enviados por correspondência para o Protocolo Geral do TST, localizado no SAFS, quadra 08, conjunto A, bloco A, térreo, Brasília-DF, CEP 70.070-943.

## **18. Alterações na Ata de Registro de Preços**

18.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 17 e 18 do Decreto n.º 7.892/2013.

## **19. Cancelamento do Registro de Preços**

19.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

19.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

19.1.2. Deixar de retirar a respectiva ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

19.1.3. Recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

19.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666 de 1993, ou no art. 7º da Lei 10.520 de 2002.



- 19.2. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 19.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 19.3.1. Por razão de interesse público; ou
- 19.3.2. A pedido do fornecedor.

## 20. Sanções para o Caso de Inadimplemento

- 20.1. Fundamentado no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, aquele que:
- 20.1.1. Não assinar a ata de registro de preços ou o contrato;
- 20.1.2. Deixar de entregar documentação exigida neste edital;
- 20.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 20.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.5. Não manter a proposta;
- 20.1.6. Falhar ou fraudar na execução contratual;
- 20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;
- 20.1.8. Fizer declaração falsa;
- 20.1.9. Cometer fraude fiscal.
- 20.2. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.
- 20.2.1. Nessa hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 20.1 deste edital, como também a inexecução total contratual.
- 20.3. Os casos de descumprimento das demais obrigações previstas neste edital implicarão em penalização, conforme descrito nas tabelas abaixo:

<b>Tabela 01: Categorização das infrações</b>
<b>1. Infrações leves</b>
1.1. Realizar a movimentação de materiais por percursos não autorizados pela Fiscalização
1.2. Não executar limpeza diária dos locais que tenham sido afetados pela execução dos serviços



1.3. Deixar de prestar as informações ou tomar as providências solicitadas pela Fiscalização dentro dos prazos estipulados para tal.
1.4. Deixar de responder às comunicações eletrônicas da Fiscalização dentro dos prazos estipulados para tal.
1.5. Manter funcionários em serviço no TST sem a devida identificação (uniforme e/ou crachá da Contratada)
<b>2. Infrações médias</b>
2.1. Deixar de informar ao Contratante eventuais mudanças de endereço, telefone, fax e/ou e-mail, impossibilitando a comunicação entre as partes.
2.2. Deixar de comparecer, injustificadamente, às reuniões agendadas com a Fiscalização.
2.3. Não cumprir as determinações contidas em uma advertência e/ou reincidir no cometimento de qualquer uma das infrações leves listadas acima.
<b>3. Infrações graves</b>
3.1. Não utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à execução dos trabalhos por qualquer dos funcionários em serviço no TST.
3.2. Não comparecimento ao local dos serviços executados, quando acionada pelo Contratante, no prazo estipulado, durante a vigência da Garantia.

<b>Tabela 02: Relação entre infrações e penalidades</b>	
<b>Categoria da Infração</b>	<b>Penalidade a ser aplicada</b>
Infrações leves	Advertência
Infrações médias	Multa de 0,5% do valor total do contrato por ocorrência
Infrações graves	Multa de 1,0% do valor total do contrato por ocorrência

- 20.3.1. O cometimento de infrações cujo somatório atinja o limite de 10% (dez por cento) do valor total contratado ou a reincidência de uma infração grave caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 20.1 deste edital, assim como a inexecução total do contrato.
- 20.4. No caso de atraso no cumprimento do prazo de assinatura da ata de registro de preços ou do contrato, bem como de apresentação da garantia contratual, assinalados nos itens 10.3 e 10.8, deste edital, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado, até o limite de 15% (quinze por cento).
- 20.5. Poderão ser aplicadas subsidiariamente as sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.
- 20.6. A penalidade de multa prevista nos itens 20.2, 20.3 e 20.4 poderá ser substituída pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.



- 20.7. A não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação poderá resultar na rescisão do contrato, além das penalidades já previstas em lei, caso a Contratada não regularize a situação no prazo de 30 dias.
- 20.8. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 20.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.
- 20.10. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
- 20.10.1. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: Seção de Gestão de Contratos, Tribunal Superior do Trabalho, SAFS, quadra 08, conjunto A, bloco A, térreo, sala T-18, Brasília-DF, CEP 70.070-943, fones: (061) 3043-4096 e-mail: sgcon@tst.jus.br.
- 20.10.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.
- 20.10.3. Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a conclusão do serviço.

## 21. Generalidades

- 21.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48 e a UASG é 080001.
- 21.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência do ato, nos termos do art. 29 do Decreto 5.450/2005.
- 21.3. No curso da contratação, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução contratual, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão contratual.
- 21.4. Em consonância com a Resolução 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional da Justiça, constante do Anexo III, é vedada a contratação de empresas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de



direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

21.4.1. A vedação constante no item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

21.5. As Licitantes poderão realizar vistoria técnica para conhecimento de todas as informações necessárias para realização dos serviços, cuja visita deverá ser previamente agendada junto à Coordenadoria de Manutenção e Projetos (CMAP), através dos telefones (61) 3043-4116 ou (61) 3043-7709, com antecedência mínima de um dia da data marcada para realização da sessão pública.

21.5.1. Não haverá vistoria no dia da licitação, bem como sem prévio agendamento.

21.5.2. Com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, é da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação prévia dos serviços a serem realizados e bens a serem restaurados (Acórdãos TCU 295/2008, 3459/2012, ambos do Plenário).

21.6. É de responsabilidade do Proponente o conhecimento das características dos serviços e produtos relacionados no objeto desta licitação.

21.7. Em caso de discrepância entre o Edital, seus anexos e os dados incluídos no sistema Comprasnet, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

21.8. **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA** - Em atendimento ao disposto no Decreto n.º 7.892/13, por ocasião da homologação do pregão no Sistema Comprasnet, havendo fornecedores com proposta(s) NÃO RECUSADA(S), estes serão convocados, a partir de e-mail enviado pelo Sistema, para aderirem ao Cadastro de Reserva pelo preço do licitante vencedor.

21.8.1. O registro da intenção de participar do cadastro será feito em funcionalidade disponibilizada pelo Sistema;

21.8.2. A data/hora final para o cadastro de reserva não será inferior a 24 horas, contadas da convocação;

21.8.3. O cadastro de reserva envolverá somente itens com propostas adjudicadas;

21.8.4. Findo o prazo para manifestação dos interessados, será gerada a correspondente Ata pelo Sistema.



- 21.9. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos, exclusivamente pelo endereço eletrônico [cpl@tst.jus.br](mailto:cpl@tst.jus.br).
- 21.10. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.



## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DIVISÓRIAS PARA O EDIFÍCIO SEDE DO TST

#### 1 DIVISÓRIAS REMOVÍVEIS

- 1.1 Esta especificação fixa as configurações básicas exigíveis para a execução de serviço de fornecimento e instalação das divisórias do modelo padrão a ser usada no edifício sede do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

#### 2 FINALIDADE

- 2.1 Uso nas reformas, substituições e ampliações de divisórias deste TST.

#### 3 CARACTERÍSTICAS

- 3.1 Divisórias termo-acústicas compostas de estrutura metálica, placas de aglomerado, painéis de vidro e portas de madeira.

#### 4 ESTRUTURA E PAINÉIS

##### 4.1 FORMA

- 4.1.1 Estrutura interna montada em perfis de alumínio aprisionados em painéis.  
4.1.2 Contraplacas de aglomerados de 18mm de espessura, fixados através de sistemas especiais de aço, permitindo a remoção instantânea, individual e frontal dos painéis.

##### 4.2 MATERIAL

- 4.2.1 Estrutura em alumínio anodizado na cor natural e as placas receberão acabamento nas faces aparentes em laminado melamínico, texturizado, fosco, com referência cromática Office Gray da Perstorp. As divisórias serão em painéis cegos e/ou com quadros de madeira e vidro, conforme indicado no projeto de arquitetura.

##### 4.3 DIMENSÕES

- 4.3.1 Piso a teto, com espessura de 9 cm de modulação padrão de 1,25 m, com complementos de larguras especiais de acordo com a necessidade.

##### 4.4 OBSERVAÇÕES

- 4.4.1 O interior da divisória será preenchido com mantas de lã de rocha de 52 mm de espessura.  
4.4.2 Deverão ser previstas todas as medidas necessárias para garantir a rigidez do conjunto e acabamento final. Será motivo de não aceitação do serviço qualquer instabilidade e mau acabamento do conjunto.  
4.4.3 Quaisquer inadequações das divisórias aos elementos do forro existente, que não foram previamente vistos no projeto, deverão ser comunicados imediatamente à fiscalização que apresentará solução pontual para cada um dos problemas.

#### 5 PORTA DE MADEIRA

##### 5.1 FORMA

- 5.1.1 Porta em compensado com requadro em cedro maciço, espessura de 35 mm.  
5.1.2 Marcos/Guarnições: Em madeira Ipê com acabamento encerado.



- 5.1.3 As portas deverão ser construídas em partículas de madeira prensadas a quente, com o mesmo acabamento das divisórias em ambas as faces.
- 5.1.4 As dobradiças serão em latão, triplas, com fixação feita por parafusos milimétricos em processo de “reviclé”.
- 5.1.5 Conjuntos de ferragens, incluindo uma fechadura tubular com chave e pino, produzida com cilindro e características antirruído, tipo VOUGA, maçaneta do tipo alavanca, acabamento escovado, conforme padrão adotado, com 2 (duas) chaves.

## 5.2 MATERIAL

- 5.2.1 As portas deverão ser construídas em partículas de madeira prensadas a quente, com o mesmo acabamento das divisórias em ambas as faces.
- 5.2.2 Acabamento: Laminado fenólico melamínico, texturizado, fosco, nas duas faces.
- 5.2.3 Referência Cromática: Cinza Office Gray da Perstorp
- 5.2.4 DIMENSÕES
  - As portas simples 83 x 210 x 3,8 cm, conforme padrão.
  - As portas duplas 162 x 210 x 3,8 cm, conforme padrão.

## 5.3 OBSERVAÇÕES

- 5.3.1 Prever pintura ou refilamento nas laterais e topos (espessura) das portas após a instalação.
- 5.3.2 As laterais fixas e bandeiras obedecerão às mesmas características e acabamentos das portas.
- 5.3.3 Atentar para os elementos especiais em alguns detalhes, tais como: visores, grelhas e furos para ventilação.
- 5.3.4 Serão sumariamente recusadas todas as peças que apresentem sinais de empenamento, deslocamento, rachaduras, lascas, desigualdade de madeira e quaisquer outros defeitos.
- 5.3.5 Aplicação: Nos acessos dos diversos ambientes, conforme indicado no projeto de arquitetura.

## 6 VIDROS

- 6.1 Os vidros instalados nos visores serão de 4 mm de espessura, do tipo liso.
- 6.2 Os baguetes e leitos para sustentação de vidro serão também fixados por encaixe.

## 7 BALCÃO DE ATENDIMENTO

### 7.1 FORMA

- 7.1.1 O balcão deverá ser confeccionado/ remanejado seguindo rigorosamente o padrão de balcões de atendimento das circulações do bloco de funcionários do TST

### 7.2 MATERIAL

- 7.2.1 Tipo balcão de atendimento em MDF revestido com laminado melamínico cinza claro (mesmo padrão cromático das divisórias); madeira maciça ipê e vidro.

### 7.3 DIMENSÕES

- 7.3.1 Dimensões 2,55x 2,65 m.

### 7.4 OBSERVAÇÕES



- 7.4.1 Para subsidiar a confecção do orçamento, o licitante deverá conhecer o balcão padrão do TST.

## **8 DIVISÓRIAS NAVAL SIMPLIFICADA**

### **8.1.1 CARACTERISTICAS**

- 8.1.1.1 Divisória naval simplificada 35mm, cega do piso ao teto.

### **8.1.2 PAINÉIS**

- 8.1.2.1 Painéis cegos contraplacados com chapa de eucaplac (Eucatex). Requadrados com madeira, maciça e miolo colmeia de papelão, revestimento laminado alquídico melaminico na cor cinza cristal.

### **8.1.3 PORTAS**

- 8.1.3.1 Em geral com a mesma especificação dos painéis, sendo que em seu requadramento existe reforço na grade para instalação de dobradiças e fechaduras.

- 8.1.3.2 Ferragens para porta de abrir 90º composta por batentes, requadros, dobradiças e fechadura lockwell reforçada na mesma cor da estrutura.

### **8.1.4 ESTRUTURA**

- 8.1.4.1 Em geral perfis metálicos, guias montantes travessas rodapés e componentes em aço galvanizado, com pintura epóxi a pó a base de poliéster pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, incluindo tratamento anticorrosivo. Cor: cinza.

## **9 PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO E MONTAGEM**

- 9.1 A montagem de divisórias obedecerá ao contido nas normas NBR 5721 e NBR 10636, da ABNT.
- 9.2 O sistema construtivo deverá possibilitar diversas modulações e permitir o acoplamento dos painéis em "X", "L" ou "T".
- 9.3 A fixação das divisórias ao piso, teto, forro ou paredes de alvenaria será efetuada através de parafusos comuns, dispensando-se o pressionamento, quer dos painéis, quer dos montantes de fixação.
- 9.4 A correção dos eventuais desníveis de piso será obtida pelo emprego de suportes reguláveis.

## **10 MONTAGEM, DESMONTAGEM, REMANEJAMENTO DE PAINÉIS DIVISÓRIOS.**

### **10.1 MONTAGEM DE DIVISÓRIAS**

- 10.1.1 Compreende a montagem de painéis divisórios cegos e/ou com visor de vidro, portas e acessórios, sem fornecimento.

### **10.2 DESMONTAGEM DE DIVISÓRIAS**

- 10.2.1 Compreende a desmontagem de painéis divisórios cegos e/ou com visor de vidro, portas e acessórios existentes.

### **10.3 REMANEJAMENTO DE DIVISÓRIAS**

- 10.3.1 O remanejamento compreende a desmontagem e remontagem de painéis divisórios cegos e/ou com visor de vidro, portas e acessórios, existentes, sem fornecimento.

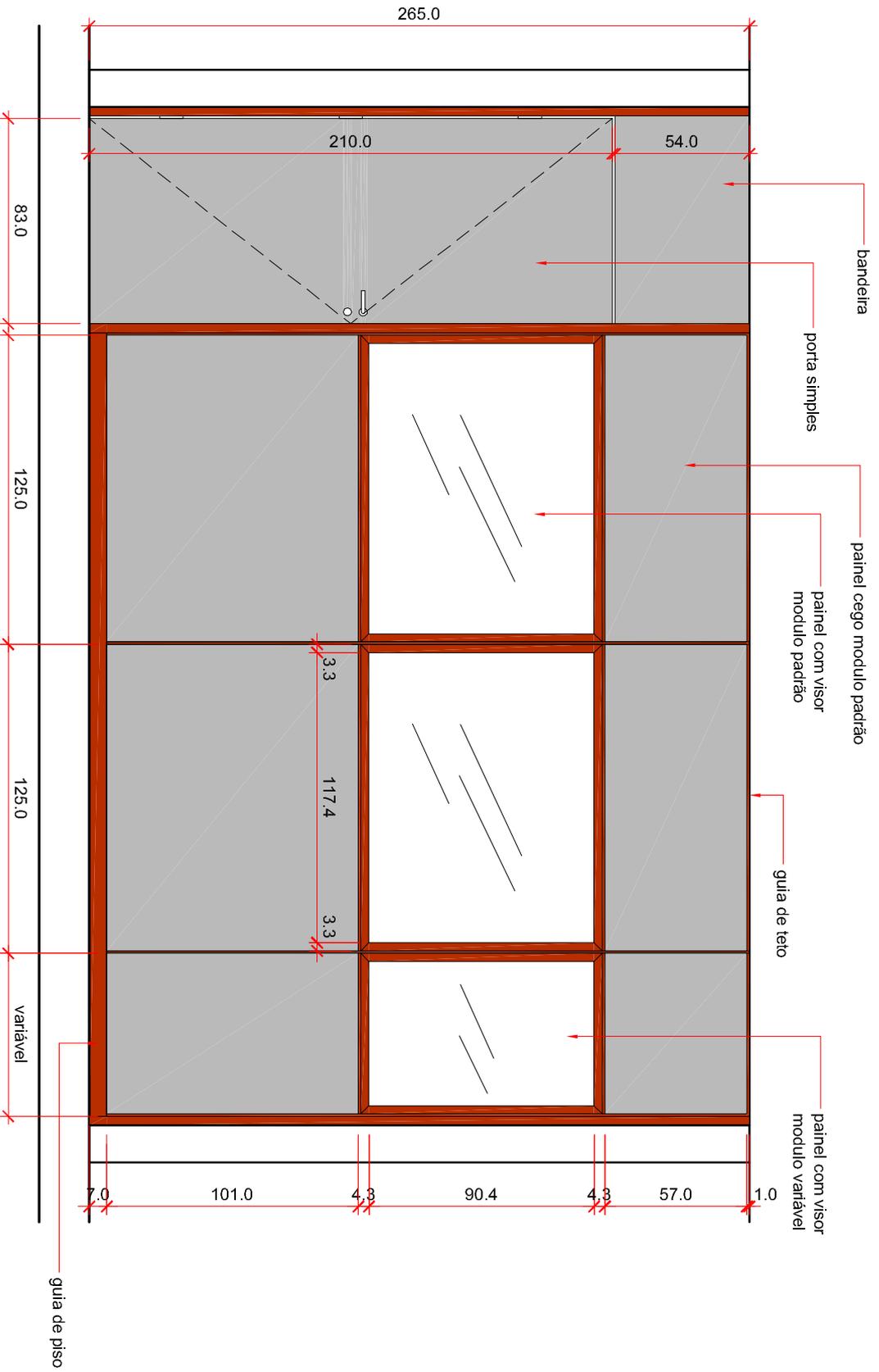


- 10.3.2 As desmontagens das divisórias deverão ocorrer com os cuidados indispensáveis à preservação de todos os componentes, visando a reinstalação dos mesmos.
- 10.3.3 A desmontagem, transporte e remontagem das divisórias deverão ser executados empregando-se igual nível técnico ao da instalação de divisórias novas.



**ANEXO II**  
**PROJETOS E CROQUIS**





OBS.: medidas em centímetros

# Tribunal Superior do Trabalho

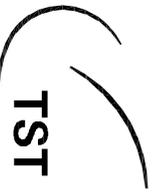
PROJETO:

Projeto esquemático de divisória padrão do TST.  
Padrão com visor.

LOCAL:

Edifício sede do Tribunal Superior do Trabalho

ESCALA: 1/25  
PRANCHA:



TST

DESENHO:

CMAP

6X159900081294205V\_A502página sob código www.tst.jus.br/validador sob código www.dfdt.org.br/validador  
DATA: 17/02/2017  
Este documento pode ser acessado em: www.tst.jus.br/validador

02/03



# Tribunal Superior do Trabalho

PROJETO:

Perspectiva

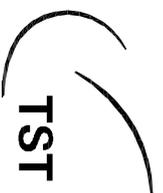
LOCAL:

Edifício sede do Tribunal Superior do Trabalho

ESCALA: ----

PRANCHA:

03/03



DESENHO:  
CMAP

[http://www.tst.jus.br/validador\\_sob\\_codigo\\_A50242180006B5151X9](http://www.tst.jus.br/validador_sob_codigo_A50242180006B5151X9)

DATA:  
17 de Maio de 2017

Este documento pode ser acessado em: [http://www.tst.jus.br/validador\\_sob\\_codigo\\_A50242180006B5151X9](http://www.tst.jus.br/validador_sob_codigo_A50242180006B5151X9)



## ANEXO III

### RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005

Art. 1º É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

I - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados;

II - o exercício, em Tribunais ou Juízos diversos, de cargos de provimento em comissão, ou de funções gratificadas, por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dois ou mais magistrados, ou de servidores investidos em cargos de direção ou de assessoramento, em circunstâncias que caracterizem ajuste para burlar a regra do inciso anterior mediante reciprocidade nas nomeações ou designações;

III - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

IV - a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

V - a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; ([Redação dada pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

VI - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

§ 1º Ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, admitidos por concurso público, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, e que o outro servidor também seja titular de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado ao magistrado ou servidor determinante da incompatibilidade. ([Redação dada pela Resolução nº 181, de 17.10.13](#))

§ 2º A vedação constante do inciso IV deste artigo não se aplica quando a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público houver sido precedida de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal.

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))



Art. 3º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação. ([Redação dada pela Resolução nº 9, de 06.12.05](#))

Art. 4º O nomeado ou designado, antes da posse, declarará por escrito não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada na forma do artigo 2º.

Art. 5º Os Presidentes dos Tribunais, dentro do prazo de noventa dias, contado da publicação deste ato, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão e de funções gratificadas, nas situações previstas no art. 2º, comunicando a este Conselho.

Parágrafo único Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 6º O Conselho Nacional de Justiça, em cento e oitenta dias, com base nas informações colhidas pela Comissão de Estatística, analisará a relação entre cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão, em todos os Tribunais, visando à elaboração de políticas que privilegiem mecanismos de acesso ao serviço público baseados em processos objetivos de aferição de mérito.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

<b>Relação familiar</b>		
I - Cônjuge ou companheiro.		
II - Relação de parentesco até o 3º grau, inclusive.		
II.1 - Parentesco natural e civil.		
Linha reta	Ascendente	a) pais - 1º grau b) avós - 2º grau c) bisavós - 3º grau
	Descendente	a) filhos - 1º grau b) netos - 2º grau c) bisnetos - 3º grau
Linha colateral		a) irmãos - 2º grau b) tios e sobrinhos – 3º grau
II.2 - Parentesco por afinidade		
Linha reta	Ascendente	a) sogros (pais do cônjuge ou companheiro) - 1º grau b) padrasto ou madrasta - 1º grau c) padrasto ou madrasta do cônjuge ou companheiro - 1º grau d) avós do cônjuge ou companheiro - 2º grau e) bisavós do cônjuge ou companheiro - 3º grau
	Descendente	a) genro ou nora (cônjuge ou companheiro dos filhos) - 1º grau b) enteados (filhos do cônjuge ou companheiro) - 1º grau c) filhos dos enteados (netos do cônjuge ou companheiro) - 2º grau d) netos dos enteados (bisnetos do cônjuge ou companheiro) - 3º grau
Linha colateral		a) cunhados - 2º grau b) tios e sobrinhos do cônjuge ou companheiro - 3º grau



## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO

Identificação da Empresa:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 060/2018, não haver no quadro societário da empresa identificada acima cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do Tribunal Superior do Trabalho situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

A presente Declaração abrange um período de seis meses anteriores a esta data.

Local e data

---

Representante da empresa



## ANEXO V

### DECLARAÇÃO

Identificação da Empresa:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:

Na condição de sócio(s) da empresa identificada acima, para fins de contratação decorrente do Pregão Eletrônico n.º 060/2018, declaro(amos) não incorrer na vedação do inciso VI do art. 2º da Resolução CNJ 7/2005, acrescentado pela Resolução CNJ 229/2016.

A presente Declaração abrange um período de seis meses anteriores a esta data.

Local e data

---

Sócio 1

---

Sócio 2

---

Sócio 3



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE – 060/2018

No dia \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018, no Tribunal Superior do Trabalho, registra-se o preço da empresa abaixo identificada para fornecimento, instalação e remanejamento de divisórias, conforme descrito no quadro abaixo, resultante do Pregão Eletrônico n.º 060/2018. As especificações técnicas constantes do processo administrativo TST 502.462/2018-2, bem assim os termos da proposta, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

Este registro de preços tem a vigência de um ano, até \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade registrada	Pedido mínimo por compra	Preço unitário registrado
1	Fornecimento e instalação de divisórias do tipo cego, piso/teto, com miolo acústico.	Metro quadrado	400,00	3,30	
2	Fornecimento e instalação de divisórias tipo painel/visor de vidro/painel, com miolo acústico	Metro quadrado	150,00	3,30	
3	Fornecimento e instalação de porta simples com bandeira e ferragens completas, medindo aproximadamente 0,83 x 2,65 m	Unidade	40,00	1	
4	Fornecimento e instalação de porta dupla com bandeira e ferragens completas, medindo aproximadamente 1,62 x 2,65 m	Unidade	2,00	1	
5	Fornecimento e instalação de guichê de atendimento em divisória com vidro, medindo aproximadamente 2,55 x 2,65 m <sup>2</sup>	Unidade	2,00	1	
6	Desmontagem de divisórias cegas piso/teto	Metro quadrado	800,00	3,30	
7	Montagem de divisórias cegas piso/teto	Metro quadrado	700,00	3,30	
8	Desmontagem de divisórias com visor de vidro	Metro quadrado	400,00	3,30	



Item	Especificação	Unidade	Quantidade registrada	Pedido mínimo por compra	Preço unitário registrado
9	Montagem de divisórias com visor de vidro	Metro quadrado	300,00	3,30	
10	Remanejamento de portas	Unidade	70,00	1	
11	Remanejamento de guichê de atendimento	Unidade	2,00	1	
12	Fornecimento de lâ de rocha de 52 mm de espessura.	Metro quadrado	100,00	1	
13	Fornecimento e instalação de divisória naval simplificada com rodapé	Metro quadrado	300,00	3,30	
14	Desmontagem de divisória naval simplificada	Metro quadrado	300,00	1	
15	Montagem de divisória naval simplificada	Metro quadrado	250,00	1	
16	Fornecimento e instalação de porta simples em divisória naval simplificada medindo 0,80 x 2,10 m	Unidade	20,00	1	
17	Fornecimento e instalação de porta dupla em divisória naval simplificada medindo 1,60 x 2,10 m	Unidade	4,00	1	

Empresa vencedora: ...

CNPJ:

Endereço:

CEP:

Telefone: (..)

Fax: (..)

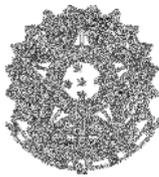
E-mail:

**Dirley Sérgio de Melo**  
Secretário de Administração  
Tribunal Superior do Trabalho

**Nome**  
Cargo  
Empresa



**Marcos França Soares**  
Coordenador de Licitações e Contratos  
Tribunal Superior do Trabalho



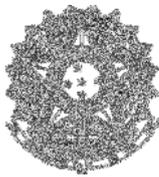
**CONTRATO PE-060/2018 – FORNECIMENTO,  
INSTALAÇÃO E REMANEJAMENTO DE  
DIVISÓRIAS. (Processo TST N.º 502.462/2018-2).**

O **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, quadra 8, conjunto A, Brasília, DF, CEP 70070-600, telefone geral (61) 3043-4300, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo ....., e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., com sede na ....., Brasília, DF, CEP ....., telefone (xx) ....., e-mail ....., doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo ....., considerando o julgamento do Pregão Eletrônico n.º 060/2018, publicado no Diário Oficial da União do dia xx de xxxxxx de xxxx, e a respectiva homologação, que consta no Processo Administrativo TST n.º 502.462/2018-2, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes na Lei Complementar n.º 123/2006, nas Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002, 8.078/90 e 9.784/99 e nos Decretos n.º 7.892/2013, 5.450/2005 e 8.538/2015, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto deste contrato é o fornecimento, instalação e remanejamento de divisórias e complementos, padrão Sede do TST, e divisória naval simplificada, conforme especificado na tabela abaixo, nos termos e condições constantes neste contrato, seus anexos e no edital.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	Fornecimento e instalação de divisórias do tipo cego, piso/teto, com miolo acústico.	Metro quadrado			
2	Fornecimento e instalação de divisórias tipo painel/visor de vidro/painel, com miolo acústico	Metro quadrado			
3	Fornecimento e instalação de porta simples com bandeira e ferragens completas, medindo aproximadamente 0,83 x 2,65 m	Unidade			
4	Fornecimento e instalação de porta dupla com bandeira e ferragens completas, medindo aproximadamente 1,62 x 2,65 m	Unidade			
5	Fornecimento e instalação de guichê de atendimento em divisória com vidro, medindo aproximadamente 2,55 x 2,65 m²	Unidade			
6	Desmontagem de divisórias cegas piso/teto	Metro quadrado			



7	Montagem de divisórias cegas piso/teto	Metro quadrado			
8	Desmontagem de divisórias com visor de vidro	Metro quadrado			
9	Montagem de divisórias com visor de vidro	Metro quadrado			
10	Remanejamento de portas	Unidade			
11	Remanejamento de guichê de atendimento	Unidade			
12	Fornecimento de lâ de rocha de 52 mm de espessura.	Metro quadrado			
13	Fornecimento e instalação de divisória naval simplificada com rodapé	Metro quadrado			
14	Desmontagem de divisória naval simplificada	Metro quadrado			
15	Montagem de divisória naval simplificada	Metro quadrado			
16	Fornecimento e instalação de porta simples em divisória naval simplificada medindo 0,80 x 2,10 m	Unidade			
17	Fornecimento e instalação de porta dupla em divisória naval simplificada medindo 1,60 x 2,10 m	Unidade			

**Subcláusula primeira.** As especificações técnicas do objeto, bem como os projetos e os croquis, constam nos Anexos I e II deste contrato.

**Subcláusula segunda.** As divisórias a serem fornecidas devem, obrigatoriamente, obedecer ao mesmo padrão existente no TST e manter a compatibilidade com os componentes já instalados.

**Subcláusula terceira. Do regime de contratação:** o objeto do presente instrumento será executado por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.666/1993.

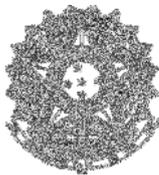
**Subcláusula quarta.** O prazo de garantia sobre o conjunto fornecido e montado, bem como sobre os materiais e peças componentes deles é de 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo, conforme o Termo de Garantia do Objeto anexo, que terá vigência independente do prazo de vigência deste contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é da data de sua assinatura até noventa dias após o recebimento definitivo do objeto.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$ .....  
(.....).



**Subcláusula única.** Já estão incluídas no preço total todas as despesas de impostos, taxas, fretes e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irremovíveis, nos termos da legislação em vigor.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho ....., elemento de despesa ....., nota de empenho ....., emitida em ...../...../.....

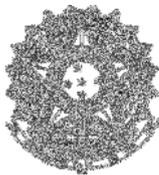
#### CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

A Contratada deverá cumprir para a execução dos serviços os seguintes prazos:

- I. prazo para início dos serviços (mobilização e conferência nos locais) de, no máximo, três dias após a assinatura deste contrato;
- II. prazo para entrega do material e conclusão dos serviços de instalação de divisórias e seus componentes de, no máximo, vinte dias contados a partir da assinatura deste contrato;
- III. prazo para execução dos serviços de desmontagem, remanejamento e montagem que não incluam fornecimento de materiais e/ou componentes de, no máximo, quinze dias contados a partir da assinatura deste contrato;
- IV. os prazos serão contados separadamente para cada contrato e não serão cumulativos;
- V. os prazos serão considerados para quantitativos de até 100,00 m<sup>2</sup>, para fornecimento, instalação e remanejamento de painéis divisórios. Acima desses quantitativos serão acrescidos 5 (cinco) dias para cada 100,00 m<sup>2</sup> adicionais;
- VI. as datas de execução dos serviços de instalação e remanejamento de divisórias poderão sofrer alterações mediante prévio agendamento, conforme interesse da unidade demandante do TST, por intermédio da fiscalização.

**Subcláusula primeira.** Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

**Subcláusula segunda.** Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para o seguinte endereço: Seção de Gestão de Contratos, Tribunal Superior do Trabalho, SAFS, quadra 08, conjunto A, Bloco A, sala T-18, Brasília-DF, CEP 70.070-943, fones: (061) 3043-4096, e-mail: sgcon@tst.jus.br.



**Subcláusula terceira.** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

**Subcláusula quarta.** Em casos excepcionais, autorizados pelo Contratante, o documento comprobatório do alegado poderá acompanhar a conclusão dos serviços.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto deste contrato será fiscalizada por um servidor, ou comissão de servidores, designados pela Administração, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

**Subcláusula primeira.** São atribuições da Fiscalização, entre outras:

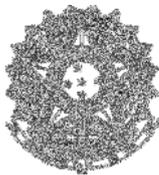
- I. acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
- II. solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
- III. notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- IV. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, pertinentes ao objeto do presente instrumento;
- V. solicitar à Contratada a substituição de qualquer funcionário cuja atuação ou comportamento sejam prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse da administração;
- VI. propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar à Coordenadoria de Material e Logística - CMLOG os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

**Subcláusula segunda.** A Fiscalização poderá impugnar os materiais a serem empregados na execução do serviço se estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

**Subcláusula terceira.** Em caso de dúvidas quanto à interpretação da especificação, deverá ser sempre consultada a Fiscalização, sendo dessa o parecer definitivo a respeito dos assuntos abordados.

**Subcláusula quarta.** Em caso de divergência entre as dimensões tomadas nos locais e as cotas assinaladas nos desenhos, prevalecerão, sempre, as primeiras, em conformidade com as orientações da Fiscalização.

**Subcláusula quinta.** Todos os lotes ou partidas de materiais serão aprovados pela Fiscalização, por comparação às amostras previamente escolhidas e autenticadas e/ou o padrão utilizado atualmente nas divisórias das salas do TST.



- I. nenhuma peça, material ou equipamento será aceito sem que tenham sido efetuadas satisfatoriamente as inspeções pela Fiscalização;
- II. os materiais especificados poderão ser substituídos por outros similares, desde que a comprovação da similaridade seja apresentada à Fiscalização e autorizada pelo Contratante.

**Subcláusula sexta.** A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

## CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto do presente contrato será recebido das seguintes formas:

- I. **provisória**, mediante termo circunstanciado, imediatamente após a conclusão dos serviços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;
- II. **definitiva**, mediante termo circunstanciado, em até dez dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

**Subcláusula primeira.** Os serviços prestados ou produtos entregues em desconformidade com o especificado neste contrato, no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será notificada através de um Termo de recusa, no qual constará a lista de irregularidades a serem sanadas.

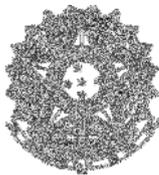
**Subcláusula segunda.** A notificação referida na subcláusula anterior suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

**Subcláusula terceira.** A Contratada é obrigada a sanar as pendências listadas no Termo de Recusa dentro do prazo de entrega estabelecido para o serviço, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.

**Subcláusula quarta.** Uma vez sanadas as pendências, a Contratada deverá comunicar o fato à Fiscalização, à qual caberá emitir, em seguida, novo Termo de Recebimento Provisório do objeto.

- I. a cada Termo de Recebimento Provisório emitido, reinicia-se o prazo de 10 (dez) dias úteis que a Fiscalização possui para fazer a verificação da conformidade do objeto;
- II. após a verificação, caso se constate que o objeto esteja de acordo com as Especificações Técnicas e demais exigências contratuais, ele será recebido definitivamente;
- III. caso ainda existam irregularidades, será emitido o 2º Termo de Recusa do objeto e todo o procedimento a descrito na subcláusula primeira e quarta deverá ser repetido.

**Subcláusula quinta.** Um representante da Contratada poderá acompanhar o recebimento dos produtos, desde que se manifeste até o momento da entrega, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas em caso de não comparecimento.



**Subcláusula sexta.** Independentemente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade de cada produto fornecido e instalado pelo prazo estabelecido na garantia e estará obrigada a repor aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo Contratante.

**Subcláusula sétima.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

## CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

**Subcláusula primeira.** As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, na Coordenadoria de Material e Logística, situada no SAFS, quadra 8, conjunto A, bloco A, térreo, sala T18, CEP 70070-600, Brasília-DF, (61) 3043-4080.

**Subcláusula segunda.** A Nota Fiscal deverá corresponder ao objeto entregue e a Fiscalização, no caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deverá notificar a Contratada a substituí-la em até três dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

**Subcláusula terceira.** A Contratada deverá prestar todos os serviços solicitados por meio da ordem de serviço, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

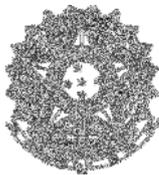
**Subcláusula quarta.** A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, no ato de assinatura deste contrato, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do art. 4º e modelo constante no anexo IV da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**Subcláusula quinta.** O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas, previstos neste contrato, e utilizará o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

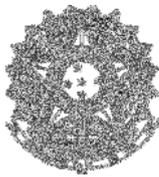
## CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução deste contrato, a Contratada se obriga a emendar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

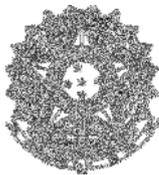
- I. executar os serviços de entrega, instalação e remanejamento na forma e em prazo não superior ao máximo estipulado neste contrato;



- a. os materiais deverão ser entregues e instalados nos locais determinados nos croquis, nas diversas unidades do Tribunal Superior do Trabalho, localizado no Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 08, conjunto A, Brasília – DF, CEP 70.070-943;
  - b. as divisórias não deverão apresentar quaisquer caracteres ou logomarcas do fabricante em suas partes visíveis;
  - c. ao término da instalação todo o conjunto deverá estar perfeitamente alinhado, nivelado e firme, não se admitindo desencontros, frestas, desnivelamentos ou fragilidades de qualquer natureza;
  - d. os produtos deverão atender às Normas Brasileiras – ABNT que não colidirem com estas Especificações técnicas.
- II.** reparar, corrigir, remover e substituir, a suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;
- a. a Contratada deverá retirar o material ou componente recusado no momento da entrega do correto.
  - b. o Contratante não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo que venha a ocorrer após esse prazo, podendo a Administração dar a destinação que julgar conveniente ao material abandonado em suas dependências.
- III.** comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente à entrega dos produtos ou execução dos serviços, bem como atender prontamente às suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- IV.** encaminhar à Coordenadoria de Manutenção e Projetos (CMAP), localizada na Sede do TST, SAFS, quadra 8, conjunto A, bloco A, sala 412, Brasília- DF, telefone: (61) 3043-4116/7709, imediatamente após o recebimento da nota de empenho, relação de todos os funcionários, bem como de todos os veículos que terão acesso aos locais em que serão executados os serviços, com as seguintes informações:
- a. nome completo e número da carteira de identidade de cada funcionário;
  - b. marca, modelo e placa de identificação de cada veículo;
  - c. a não apresentação dos dados especificados nos subitens anteriores inviabilizará o acesso ao local de execução dos serviços;
- V.** garantir que seus funcionários em serviço no TST utilizem uniformes e os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) adequados à execução dos serviços;
- VI.** cumprir todas as medidas de segurança, conforme legislação em vigor;



- VII. executar os serviços complementares julgados necessários à satisfatória condição de uso do local após o término dos serviços de instalação e remanejamento;
- VIII. providenciar por sua exclusiva conta e responsabilidade todas as ferramentas, equipamentos e acessórios necessários para a execução dos serviços, responsabilizando-se, ainda, por sua guarda e transporte;
- IX. transportar todo o material necessário para a execução dos serviços, tanto de localidades externas para a sede do TST, quanto do depósito do TST para o local de instalação do objeto deste contrato, quando for o caso;
  - a. nos serviços de desmontagem, montagem e remanejamento de divisórias, a Contratada deverá responsabilizar-se também pelo transporte de materiais e componentes já existentes no TST, tanto do depósito para o local de sua utilização, quanto do local de desmontagem de volta para o depósito;
- X. executar parte dos serviços em horários especiais como finais de semana, feriados e durante as noites, sempre que requerido pela fiscalização, por necessidade do TST;
- XI. realizar limpeza diária dos locais que tenham sido afetados pela execução dos serviços;
- XII. entregar os serviços sem instalações provisórias, com as divisórias e o local de sua instalação devidamente limpos;
- XIII. substituir, às suas custas, os funcionários que a critério do TST apresentem comportamento inadequado, prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina e/ou ao interesse da administração;
- XIV. responder às comunicações eletrônicas da Fiscalização, acusando o conhecimento de seu conteúdo, em até 2 (dois) dias úteis contados do respectivo envio;
- XV. manter o Contratante informado quanto a eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail;
- XVI. manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- XVII. responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST;
- XVIII. responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou



dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**Subcláusula primeira.** A Contratada deverá prestar os serviços de assistência técnica e efetuar os consertos e/ou substituições que se fizerem necessários, dentro do período de garantia, na forma e prazos a seguir:

- I. quaisquer defeitos constatados na vigência da garantia deverão ser imediatamente corrigidos ou efetuadas as substituições necessárias, no prazo máximo de cinco dias a contar da notificação, a expensas da Contratada;
- II. a Contratada assumirá toda e exclusiva responsabilidade pela qualidade e funcionamento dos itens fornecidos, não se admitindo que sejam atribuídos a técnicos ou a fabricantes os ônus de quaisquer problemas que porventura venham a ocorrer;
- III. os serviços de assistência técnica deverão ser prestados por técnicos credenciados e pagos pela Contratada, correndo por sua conta e responsabilidade o deslocamento desses técnicos aos locais de instalação;
- IV. caso os serviços de assistência técnica não possam ser executados nas dependências do TST, os painéis divisórios poderão ser removidos para oficinas da Contratada, mediante justificativa, correndo por conta da Contratada todos os custos e despesas incidentes.

**Subcláusula segunda.** A Contratada não será responsável:

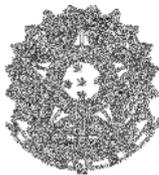
- I. por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- II. por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste contrato ou no edital.

**Subcláusula terceira.** O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

## CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST, relacionadas à execução do objeto deste contrato;
- II. promover os pagamentos nas condições e prazo estipulados; e
- III. fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas as obrigações contratuais. Os requerimentos deverão ser protocolizados ou enviados por correspondência para o Protocolo Geral do TST, localizado no SAFS, quadra 08, conjunto A, bloco A, térreo, Brasília-DF, CEP 70.070-943.



## CLÁUSULA DOZE - DA GARANTIA DO CONTRATO

Para segurança do Contratante quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária.

**Subcláusula primeira.** A Contratada deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste contrato, prorrogáveis por igual período a critério do Contratante desde que solicitado dentro do prazo inicial, sob pena de ser-lhe imputada multa, conforme subcláusula quinta da cláusula treze.

**Subcláusula segunda.** A vigência da garantia apresentada deverá abranger todo o período de garantia dos produtos adquiridos de que trata a subcláusula quarta da cláusula primeira, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais.

## CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

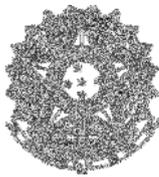
Fundamentado no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no edital, neste contrato e das demais cominações legais, aquele que:

- I. deixar de entregar documentação exigida neste contrato;
- II. apresentar documentação falsa;
- III. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- IV. não manter a proposta;
- V. falhar ou fraudar na execução contratual;
- VI. comportar-se de modo inidôneo;
- VII. fizer declaração falsa;
- VIII. cometer fraude fiscal.

**Subcláusula primeira.** O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.

**Subcláusula segunda.** Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no *caput* desta cláusula, como também a inexecução total do contrato.

**Subcláusula terceira.** Os casos de descumprimento das demais obrigações previstas neste contrato implicarão em penalização, conforme descrito nas tabelas abaixo:



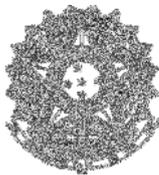
<b>Tabela 01: Categorização das infrações</b>	
<b>1. Infrações leves</b>	
1.1.	Realizar a movimentação de materiais por percursos não autorizados pela Fiscalização
1.2.	Não executar limpeza diária dos locais que tenham sido afetados pela execução dos serviços
1.3.	Deixar de prestar as informações ou tomar as providências solicitadas pela Fiscalização dentro dos prazos estipulados para tal.
1.4.	Deixar de responder às comunicações eletrônicas da Fiscalização dentro dos prazos estipulados para tal.
1.5.	Manter funcionários em serviço no TST sem a devida identificação (uniforme e/ou crachá da Contratada)
<b>2. Infrações médias</b>	
2.1.	Deixar de informar ao Contratante eventuais mudanças de endereço, telefone, fax e/ou e-mail, impossibilitando a comunicação entre as partes.
2.2.	Deixar de comparecer, injustificadamente, às reuniões agendadas com a Fiscalização.
2.3.	Não cumprir as determinações contidas em uma advertência e/ou reincidir no cometimento de qualquer uma das infrações leves listadas acima.
<b>3. Infrações graves</b>	
3.1.	Não utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados à execução dos trabalhos por qualquer dos funcionários em serviço no TST.
3.2.	Não comparecimento ao local dos serviços executados, quando acionada pelo Contratante, no prazo estipulado, durante a vigência da Garantia.

<b>Tabela 02: Relação entre infrações e penalidades</b>	
<b>Categoria da infração</b>	<b>Penalidade a ser aplicada</b>
Infrações leves	Advertência
Infrações médias	Multa de 0,5% do valor total do contrato por ocorrência
Infrações graves	Multa de 1,0% do valor total do contrato por ocorrência

**Subcláusula quarta.** O cometimento de infrações cujo somatório atinja o limite de 10% (dez por cento) do valor total contratado ou a reincidência de uma infração grave caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no *caput* desta cláusula, assim como a inexecução total do contrato.

**Subcláusula quinta.** No caso de atraso no cumprimento do prazo de apresentação da garantia contratual, assinalado na subcláusula primeira da cláusula doze deste contrato, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, até o limite de 15% (quinze por cento).

**Subcláusula sexta.** Poderão ser aplicadas subsidiariamente as sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.



**Subcláusula sétima.** A penalidade de multa prevista nas subcláusulas primeira, terceira e quinta poderá ser substituída pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.

**Subcláusula oitava.** A não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação poderá resultar na rescisão deste contrato, além das penalidades já previstas em lei, caso a Contratada não regularize a situação no prazo de 30 dias.

**Subcláusula nona.** As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia contratual ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

**Subcláusula dez.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e a sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a Contratada, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA QUATORZE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA**

A Contratada declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA QUINZE - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida deste contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

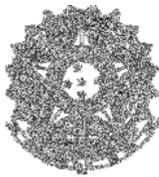
#### **CLÁUSULA DEZESETE - DA RESCISÃO**

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DEZOITO - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE**

A Contratada não poderá, salvo em curriculum vitae, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de Contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.

**Subcláusula única.** A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a



sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

#### **CLÁUSULA DEZENOVE - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS**

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

**Subcláusula primeira.** Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**Subcláusula segunda.** Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

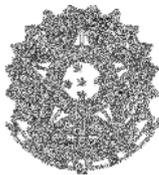
**Subcláusula terceira.** As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

**Subcláusula quarta.** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a Contratada fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

**Subcláusula quinta.** No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

**Subcláusula sexta.** Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

**Subcláusula sétima.** Em consonância com a Resolução 229, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional da Justiça, é vedada a contratação de empresas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.



- I. A vedação constante nesta subcláusula se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

#### **CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília, de \_\_\_\_\_ de 201\_\_ .

**CONTRATANTE**

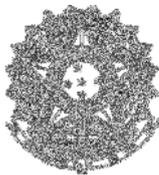
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHA**

**Nome:**  
**CPF:**

**TESTEMUNHA**

**Nome:**  
**CPF:**



## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DIVISÓRIAS PARA O EDIFÍCIO SEDE DO TST

#### 1 DIVISÓRIAS REMOVÍVEIS

- 1.1 Esta especificação fixa as configurações básicas exigíveis para a execução de serviço de fornecimento e instalação das divisórias do modelo padrão a ser usada no edifício sede do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

#### 2 FINALIDADE

- 2.1 Uso nas reformas, substituições e ampliações de divisórias deste TST.

#### 3 CARACTERÍSTICAS

- 3.1 Divisórias termo-acústicas compostas de estrutura metálica, placas de aglomerado, painéis de vidro e portas de madeira.

#### 4 ESTRUTURA E PAINÉIS

##### 4.1 FORMA

- 4.1.1 Estrutura interna montada em perfis de alumínio aprisionados em painéis.  
4.1.2 Contraplacas de aglomerados de 18mm de espessura, fixados através de sistemas especiais de aço, permitindo a remoção instantânea, individual e frontal dos painéis.

##### 4.2 MATERIAL

- 4.2.1 Estrutura em alumínio anodizado na cor natural e as placas receberão acabamento nas faces aparentes em laminado melamínico, texturizado, fosco, com referência cromática Office Gray da Perstorp. As divisórias serão em painéis cegos e/ou com quadros de madeira e vidro, conforme indicado no projeto de arquitetura.

##### 4.3 DIMENSÕES

- 4.3.1 Piso a teto, com espessura de 9 cm de modulação padrão de 1,25 m, com complementos de larguras especiais de acordo com a necessidade.

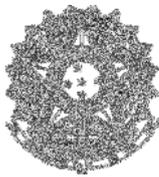
##### 4.4 OBSERVAÇÕES

- 4.4.1 O interior da divisória será preenchido com mantas de lã de rocha de 52 mm de espessura.  
4.4.2 Deverão ser previstas todas as medidas necessárias para garantir a rigidez do conjunto e acabamento final. Será motivo de não aceitação do serviço qualquer instabilidade e mau acabamento do conjunto.  
4.4.3 Quaisquer inadequações das divisórias aos elementos do forro existente, que não foram previamente vistos no projeto, deverão ser comunicados imediatamente à fiscalização que apresentará solução pontual para cada um dos problemas.

#### 5 PORTA DE MADEIRA

##### 5.1 FORMA

- 5.1.1 Porta em compensado com requadro em cedro maciço, espessura de 35 mm.  
5.1.2 Marcos/Guarnições: Em madeira Ipê com acabamento encerado.



- 5.1.3 As portas deverão ser construídas em partículas de madeira prensadas a quente, com o mesmo acabamento das divisórias em ambas as faces.
- 5.1.4 As dobradiças serão em latão, triplas, com fixação feita por parafusos milimétricos em processo de "reciclê".
- 5.1.5 Conjuntos de ferragens, incluindo uma fechadura tubular com chave e pino, produzida com cilindro e características antirruído, tipo VOUGA, maçaneta do tipo alavanca, acabamento escovado, conforme padrão adotado, com 2 (duas) chaves.

## 5.2 MATERIAL

- 5.2.1 As portas deverão ser construídas em partículas de madeira prensadas a quente, com o mesmo acabamento das divisórias em ambas as faces.
- 5.2.2 Acabamento: Laminado fenólico melamínico, texturizado, fosco, nas duas faces.
- 5.2.3 Referência Cromática: Cinza Office Gray da Perstorp
- 5.2.4 DIMENSÕES
  - As portas simples 83 x 210 x 3,8 cm, conforme padrão.
  - As portas duplas 162 x 210 x 3,8 cm, conforme padrão.

## 5.3 OBSERVAÇÕES

- 5.3.1 Prever pintura ou refilamento nas laterais e topos (espessura) das portas após a instalação.
- 5.3.2 As laterais fixas e bandeiras obedecerão às mesmas características e acabamentos das portas.
- 5.3.3 Atentar para os elementos especiais em alguns detalhes, tais como: visores, grelhas e furos para ventilação.
- 5.3.4 Serão sumariamente recusadas todas as peças que apresentem sinais de empenamento, deslocamento, rachaduras, lascas, desigualdade de madeira e quaisquer outros defeitos.
- 5.3.5 Aplicação: Nos acessos dos diversos ambientes, conforme indicado no projeto de arquitetura.

## 6 VIDROS

- 6.1 Os vidros instalados nos visores serão de 4 mm de espessura, do tipo liso.
- 6.2 Os baguetes e leitos para sustentação de vidro serão também fixados por encaixe.

## 7 BALCÃO DE ATENDIMENTO

### 7.1 FORMA

- 7.1.1 O balcão deverá ser confeccionado/ remanejado seguindo rigorosamente o padrão de balcões de atendimento das circulações do bloco de funcionários do TST

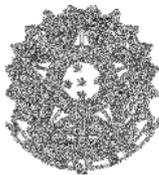
### 7.2 MATERIAL

- 7.2.1 Tipo balcão de atendimento em MDF revestido com laminado melamínico cinza claro (mesmo padrão cromático das divisórias); madeira maciça ipê e vidro.

### 7.3 DIMENSÕES

- 7.3.1 Dimensões 2,55x 2,65 m.

### 7.4 OBSERVAÇÕES



- 7.4.1 Para subsidiar a confecção do orçamento, o licitante deverá conhecer o balcão padrão do TST.

## **8 DIVISÓRIAS NAVAL SIMPLIFICADA**

### **8.1.1 CARACTERÍSTICAS**

- 8.1.1.1 Divisória naval simplificada 35mm, cega do piso ao teto.

### **8.1.2 PAINÉIS**

- 8.1.2.1 Painéis cegos contraplacados com chapa de eucaplac (Eucatex). Requadrados com madeira, maciça e miolo colmeia de papelão, revestimento laminado alquídico melaminico na cor cinza cristal.

### **8.1.3 PORTAS**

- 8.1.3.1 Em geral com a mesma especificação dos painéis, sendo que em seu requadramento existe reforço na grade para instalação de dobradiças e fechaduras.

- 8.1.3.2 Ferragens para porta de abrir 90° composta por batentes, requadros, dobradiças e fechadura lockwell reforçada na mesma cor da estrutura.

### **8.1.4 ESTRUTURA**

- 8.1.4.1 Em geral perfis metálicos, guias montantes travessas rodapés e componentes em aço galvanizado, com pintura epóxi a pó a base de poliéster pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa, incluindo tratamento anticorrosivo. Cor: cinza.

## **9 PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO E MONTAGEM**

- 9.1 A montagem de divisórias obedecerá ao contido nas normas NBR 5721 e NBR 10636, da ABNT.
- 9.2 O sistema construtivo deverá possibilitar diversas modulações e permitir o acoplamento dos painéis em "X", "L" ou "T".
- 9.3 A fixação das divisórias ao piso, teto, forro ou paredes de alvenaria será efetuada através de parafusos comuns, dispensando-se o pressionamento, quer dos painéis, quer dos montantes de fixação.
- 9.4 A correção dos eventuais desníveis de piso será obtida pelo emprego de suportes reguláveis.

## **10 MONTAGEM, DESMONTAGEM, REMANEJAMENTO DE PAINÉIS DIVISÓRIOS.**

### **10.1 MONTAGEM DE DIVISÓRIAS**

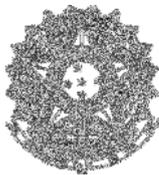
- 10.1.1 Compreende a montagem de painéis divisórios cegos e/ou com visor de vidro, portas e acessórios, sem fornecimento.

### **10.2 DESMONTAGEM DE DIVISÓRIAS**

- 10.2.1 Compreende a desmontagem de painéis divisórios cegos e/ou com visor de vidro, portas e acessórios existentes.

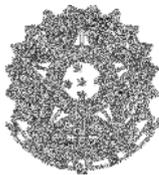
### **10.3 REMANEJAMENTO DE DIVISÓRIAS**

- 10.3.1 O remanejamento compreende a desmontagem e remontagem de painéis divisórios cegos e/ou com visor de vidro, portas e acessórios, existentes, sem fornecimento.



- 10.3.2 As desmontagens das divisórias deverão ocorrer com os cuidados indispensáveis à preservação de todos os componentes, visando a reinstalação dos mesmos.
- 10.3.3 A desmontagem, transporte e remontagem das divisórias deverão ser executados empregando-se igual nível técnico ao da instalação de divisórias novas.

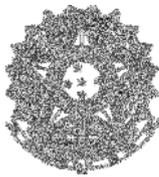
MINUTA



ANEXO II

PROJETOS E CROQUIS

MINUTA



**TERMO DE GARANTIA DO OBJETO**  
**ANEXO III DO CONTRATO PE-060/2018 - FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E REMANEJAMENTO**  
**DE DIVISÓRIAS (PROCESSO TST N.º 502.462/2018-2)**

**1. DA GARANTIA**

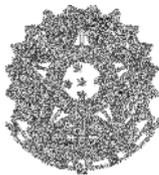
- 1.1. A **[NOME DA EMPRESA]**, doravante denominada Concedente, garante os produtos por ela fabricados e/ou fornecidos, pelo período de 12 (doze) meses, incluída a garantia legal, contados a partir do recebimento definitivo do objeto do contrato.
- 1.2. Os três primeiros meses compreendem a garantia legal, e os nove meses restantes, compõem a garantia contratual, que é complementar àquela.
- 1.3. A garantia compreende a substituição dos materiais, peças, componentes e a mão-de-obra no reparo de defeitos de fabricação.
- 1.4. Somente um técnico autorizado pela Concedente está habilitado a reparar defeitos cobertos pela garantia, mediante apresentação da nota fiscal pelo usuário do produto.

**2. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

- 2.1. A Concedente deverá prestar os serviços de assistência técnica e efetuar os consertos e/ou substituições que se fizerem necessários, durante o período de garantia, nos prazos fixados pelo TST, que serão contados do recebimento da solicitação formal feita pela Fiscalização.
  - 2.1.1. Quaisquer defeitos constatados na vigência da garantia deverão ser imediatamente corrigidos ou efetuadas as substituições necessárias, no prazo máximo de cinco dias a contar da notificação, a expensas da Concedente.
- 2.2. A Concedente assumirá toda e exclusiva responsabilidade pela qualidade dos itens fornecidos, não se admitindo que sejam atribuídos a técnicos ou a fornecedores os ônus de quaisquer problemas que porventura venham a ocorrer.
- 2.3. Os serviços de assistência técnica deverão ser prestados por técnicos credenciados e pagos pela Concedente, correndo por sua conta e responsabilidade o deslocamento desses técnicos aos locais de instalação e/ou a movimentação do mobiliário à oficina.
- 2.4. Caso o atendimento do chamado e/ou a execução do serviço de assistência técnica não sejam realizados dentro do prazo, a Concedente ficará sujeita à multa estabelecida neste termo de garantia e no edital da licitação correspondente.
- 2.5. A Concedente garante a existência de peças e componentes para reposição durante o período de garantia.

**3. AS GARANTIAS LEGAL E/OU CONTRATUAL NÃO COBREM:**

- 3.1. Produtos ou peças que tenham sido danificados em consequência de remoção ou manuseio por pessoas não autorizadas;
- 3.2. Peças sujeitas ao desgaste natural, descartáveis ou consumíveis, bem como a mão-de-obra utilizada na aplicação das peças e as consequências advindas dessas ocorrências.



**4. AS GARANTIAS LEGAL E/OU CONTRATUAL FICAM AUTOMATICAMENTE INVALIDADAS SE:**

- 4.1. O produto tiver sofrido alterações ou modificações estéticas e/ou funcionais, bem como tiver sido realizado conserto por pessoas ou entidades não credenciadas pela Concedente;
- 4.2. Os defeitos forem provocados pela utilização de material ou peças fora das especificações.

**5. SANÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

- 5.1. O atraso injustificado na conclusão dos serviços implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do objeto em atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.
- 5.2. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 18.1 do edital da licitação, como também a inexecução total do contrato, caso esteja vigente.

MINUTA